

MOÇÃO DE APOIO 003/2007

MANIFESTA APOIO AO
MOVIMENTO POPULAR
NACIONAL DE COMBATE
VIOLÊNCIA

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores,

Requeremos Mesa, uma vez ouvido o Plenário, e observadas as demais formalidades regimentais, **MOÇÃO DE APOIO** ao Movimento Popular Nacional de Combate à Violência para modificação da legislação penal, de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Artigo 228 da Constituição Federal, no que se refere à redução da maioridade penal.

Mais uma vez a população brasileira foi atingida pela ferocidade da violência praticada no último final de semana contra o menor João Heli, no Rio de Janeiro. Não é um caso isolado. Centenas ocorrem diariamente em todo o Brasil, mas este, especificamente, dominou o noticiário pela crueldade com que foi executado. Na grande maioria, quase que a totalidade, dos crimes ocorridos existe sempre a presença de um menor e a este é imputada a sua autoria, pois a legislação não pune o menor criminoso com o rigor que o ato merece e, conseqüentemente, os demais participantes, então considerados meros coadjuvantes, também deixam de receber uma pena rigorosa que sirva de exemplo para inibir qualquer tipo de violência. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº. 8.069, de 13/07/1990, em seu Título III, Capítulo I, Art. 103, considera *Ato Infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal e o Art. 104, estabelece que os são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos,.....* e, para os efeitos da referida Lei (parágrafo único do art. 104), *deve ser considerada a idade do adolescente data do fato*. A estes, é atribuída uma pena de até 3 (três) anos em regime fechado para *reeducação* e findo este prazo concedida a sua liberdade sem a existência de nenhum registro de qualquer conduta inapropriada.

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal concedendo abrandamento da pena aos que cometeram crimes hediondos, aliada a outros instrumentos legais existentes na legislação brasileira em nada contribui para a redução dos índices de criminalidade em nosso país.

Aliamo-nos, pois, ao sentimento de justiça e de um basta à violência da família do João Heli Fernandes e a de todas as que foram vítimas de violência, para, através desta Moção expressarmos nosso apoio a todo e qualquer movimento popular que vise diminuir a criminalidade e também para reivindicarmos ao Congresso Nacional a votação urgente da alteração do artigo 228 da Constituição Federal e da Lei nº. 8.069, que tratam da maioridade penal, para uma penalidade adequada a todo aquele que comete crime hediondo

(estupro, homicídio qualificado e seqüestro), tráfico de drogas e tortura, assim como o aumento do período de internação de adolescentes que cometam crimes graves e de mudança na legislação que trata do abrandamento das penas, especialmente as dos crimes considerados hediondos, independente da idade cronológica.

Em sendo aprovada, que cópia dessa moção seja encaminhada à família Fernandes, ao Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, ao Presidente da Câmara Federal, Arlindo Chinaglia, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos da Câmara e do Senado Federal, ao Instituto São Paulo Contra a Violência e à Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, às Câmaras Municipais que compõem o CIVAP e órgãos de imprensa local e regional.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 15 de fevereiro de 2007.

ALMIRA RIBAS GARMS

Vereadora